Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.10, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3999

O IMPACTO DA IDEOLOGIA CAPITALISTA NA ÉTICA DA PSICOLOGIA: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES NA PRÁTICA PROFISSIONAL

THE IMPACT OF CAPITALIST IDEOLOGY ON PSYCHOLOGICAL ETHICS: CHALLENGES AND CONTRADICTIONS IN PROFESSIONAL PRACTICE

WALLACE ROSA GOMES
Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Aimorés
Especialista em Educação em Direitos Humanos, UFES.
E-mail: wallace.gomeseso@gmail.com

VERÔNICA PONTES DORNELAS PEREIRA
Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Aimorés/MG
Especialista em Filosofia e Psicanalise, UFES.
E-mail: veronicadornelas4@gmail.com

MARIA CLARA MAZZARIOL NEITEZEL
Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Aimorés/MG
Especialista em Psicanalise.
E-mail: mariacmneitezel@hotmail.com

THIAGO AMORIM DA SILVA
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Aimorés/MG
Graduando em Psicologia.
E-mail: amorimdasilvat@gmail.com

Recebido: 15/05/2025 – Aceito: 30/05/2025

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a influência da ideologia capitalista na ética e na prática profissional da psicologia brasileira, questionando em que medida os valores do sistema capitalista atravessam a atuação dos psicólogos e moldam sua inserção social. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, por meio de revisão bibliográfica de obras e artigos científicos que discutem as relações entre psicologia, ética, ideologia e modos de produção. A investigação parte do pressuposto de que o capitalismo não interfere apenas nas formas de produção econômica, mas também na constituição das subjetividades e nas práticas profissionais. Os resultados evidenciam que a psicologia, muitas vezes, incorpora de forma acrítica valores como produtividade, desempenho e individualismo, reproduzindo lógicas utilitaristas que podem esvaziar seu compromisso ético com a escuta e o cuidado integral do sujeito. Além disso, identifica-se um risco de esvaziamento da dimensão crítica da psicologia, que passa a se alinhar mais aos imperativos do mercado do que aos princípios da transformação social e do bem-estar coletivo. Conclui-se que é urgente repensar a atuação do psicólogo à luz de uma ética comprometida com os direitos humanos, com a crítica social e com a resistência às formas de opressão que se perpetuam sob a lógica capitalista.

Palavras-chave: Psicologia; Capitalismo, Ética

Abstract

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.10, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3999

This article aims to analyze the influence of capitalist ideology on ethics and professional practice in Brazilian psychology, questioning the extent to which the values of the capitalist system permeate the work of psychologists and shape their social insertion. To this end, a qualitative study was conducted through a bibliographic review of scientific works and articles that discuss the relationships between psychology, ethics, ideology, and modes of production. The investigation is based on the assumption that capitalism interferes not only in the forms of economic production, but also in the constitution of subjectivities and professional practices. The results show that psychology often uncritically incorporates values such as productivity, performance, and individualism, reproducing utilitarian logics that can undermine its ethical commitment to listening to and providing comprehensive care for the individual. In addition, there is a risk of the critical dimension of psychology being undermined, as it becomes more aligned with market imperatives than with the principles of social transformation and collective well-being. It is concluded that it is urgent to rethink the role of psychologists in light of an ethics committed to human rights, social criticism and resistance to the forms of oppression that are perpetuated under capitalist logic.

Keywords: Psychology; Capitalism, Ethics

1. Introdução

A formação e a prática profissional em Psicologia, assim como em outras áreas do conhecimento, estão inseridas em um contexto histórico, social e econômico marcado pela ideologia capitalista. Conforme aponta Branco (1998, p. 32), a reforma universitária de 1968 no Brasil redirecionou a educação superior rumo à tecnocracia, com o objetivo de atender aos interesses do capital internacional. Segundo o autor:

> "[...] A reforma universitária de 1968, no Brasil, direcionou a educação rumo a tecnocracia, para satisfazer a necessidade de implementar uma modernização que respondesse aos interesses do capital internacional. Importou-se 'modos de fazer, viver e pensar modernos' que conviveram com estruturas de poder arcaicas e riqueza concentrada, determinando aumento da miséria da maioria dos brasileiros.

A Universidade e instituições de pesquisa tiveram que oferecer suporte para esta modernização conservadora e 'dolorosa', como foi chamada por Silva (1982). Ainda hoje, o neoliberalismo dá continuidade aos mesmos planos, embora em nova conjuntura política. O modelo de Universidade traçado visa a formação de tecnocratas bem preparados para as exigências de um mercado de trabalho escasso e competitivo. Quaisquer ações que tentem romper com essa perspectiva sofrem inúmeras dificuldades, tanto do ponto de vista dos recursos materiais, como administrativos" (BRANCO, 1998, p. 32).

Diante disso, torna-se pertinente refletir sobre os efeitos dessa estrutura ideológica na prática profissional da Psicologia, convocando o diálogo interdisciplinar e a produção de saberes que transcendem os limites tecnicistas impostos pelo mercado. A partir de revisões acadêmicas recentes, percebe-se que o debate sobre os impactos do capitalismo não se restringe a uma única área, envolvendo questões como os direitos das mulheres, a experiência subjetiva no trabalho e os desafios no ambiente escolar.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.10, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3999

Este estudo, no entanto, foca especificamente nas implicações do sistema capitalista para a ética profissional da Psicologia e seus diversos campos de atuação.

Nesse sentido, Mirhan (2020) define o modo de produção capitalista a partir de características centrais como a exploração do homem pelo homem, a transformação do trabalho humano em mercadoria, a alienação produtiva, a propriedade privada dos meios de produção, a utilização da mais-valia e a mercantilização de direitos fundamentais como saúde, educação e alimentação. Em um sistema orientado para o lucro, os direitos sociais tornam-se bens de consumo.

Tendo isso em vista, surgem questionamentos essenciais para a profissão: como a ideologia capitalista atravessa a prática psicológica? De que forma o psicólogo se relaciona com esse sistema? Em que medida sua atuação é influenciada ou comprometida por essa lógica produtivista?

Nalli e Mansano (2019) discutem os impactos subjetivos do capitalismo, especialmente no contexto do trabalho. Para os autores, a disseminação da competitividade entre trabalhadores promove comparações constantes, tanto com colegas quanto com si mesmos, através de metas e programas internos de desempenho. Essa estrutura impede uma relação criativa e humanizadora com o trabalho, transformando-o em atividade alienada. O sistema capitalista, segundo os autores, afeta profundamente a subjetividade, as relações interpessoais e as emoções, promovendo exigências de alta performance que resultam em tristeza e sofrimento.

Nesse contexto, o desafio deste trabalho é investigar os encontros e desencontros entre a ética profissional da Psicologia e os valores impostos pela ideologia capitalista. O primeiro passo é compreender, com profundidade, o que essa ética propõe.

1.1 Objetivo Geral

Analisar a influência da ideologia capitalista na ética e na prática profissional da psicologia brasileira, questionando em que medida os valores do sistema capitalista atravessam a atuação dos psicólogos e moldam sua inserção social.

2. A ÉTICA DA PSICOLOGIA

A ética na Psicologia constitui-se como fundamento indispensável à prática profissional, pois orienta a conduta do psicólogo diante das complexas demandas humanas, sociais e institucionais. Mais do que um conjunto de normas, a ética psicológica configura-se como um compromisso com a promoção dos direitos humanos, da justiça social e da integridade dos sujeitos. Ao estabelecer princípios como o respeito à dignidade, à liberdade, à igualdade e à responsabilidade social, o Código de Ética Profissional do Psicólogo convoca o profissional a refletir criticamente sobre o contexto em que atua e a posicionar-se diante das injustiças que atravessam as relações sociais.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3999

O Código de Ética Profissional do Psicólogo, instituído em 2005 pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), tem como objetivo definir as responsabilidades e atribuições do psicólogo, bem como orientar sua formação profissional (CFP, 2005, p. 6). Seus princípios fundamentais expressam os valores que devem nortear a prática psicológica. Desde o primeiro princípio, o Código estabelece o compromisso da Psicologia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, destacando o respeito à dignidade, liberdade, igualdade e integridade dos seres humanos (CFP, 2005, p. 7).

A atuação do psicólogo deve, portanto, estar isenta de preconceitos ou discriminações e ser orientada à promoção da saúde, da qualidade de vida e à contribuição para o fim de práticas como negligência, violência, opressão e exploração (CFP, 2005, p. 7).

Adicionalmente, o sétimo princípio requer do psicólogo uma postura crítica frente às relações de poder nos contextos em que atua, compreendendo os impactos dessas relações sobre sua prática (CFP, 2005, p. 7). O terceiro princípio ainda reforça o compromisso do profissional com a responsabilidade social, exigindo uma leitura crítica e histórica das realidades política, econômica, social e cultural (CFP, 2005, p. 7).

O corpo do Código de Ética também contempla dispositivos normativos, como os 25 artigos que orientam o exercício da profissão. Dentre eles, destaca-se o Art. 2º, que veda ao psicólogo a prática ou conivência com atos que configurem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão (CFP, 2005, p. 9).

Nesse sentido, a ética da Psicologia não pode ser compreendida de forma abstrata ou neutra. Ela exige do psicólogo uma postura ativa e implicada diante das realidades políticas, econômicas e culturais que afetam a vida dos sujeitos. Como apontam autores alinhados à Psicologia Social Crítica, a subjetividade humana é constituída historicamente, sendo atravessada pelas condições materiais e simbólicas de existência. Assim, o exercício ético da profissão requer sensibilidade para com os efeitos do poder, das desigualdades e das exclusões que incidem sobre os indivíduos — e demanda do psicólogo não apenas empatia, mas responsabilidade política.

Ademais, a ética psicológica impõe limites à instrumentalização do saber psicológico por interesses que reforcem a opressão ou o controle social. O psicólogo, ao aderir aos princípios de sua ética profissional, compromete-se a atuar de modo emancipador, promovendo autonomia, escuta qualificada e respeito à singularidade de cada sujeito. Tal postura implica resistir a pressões institucionais que visem padronizar comportamentos ou patologizar formas legítimas de sofrimento. A ética, portanto, não é uma mera formalidade normativa: ela é a base que sustenta a Psicologia como ciência comprometida com a transformação social e o cuidado ético com o humano.

2.1 Implicações entre a Ética da Psicologia e a Ideologia Capitalista

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.10, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3999

A sociedade capitalista se constitui em torno da lógica de acumulação de capital, da exploração do trabalho e da manutenção de uma ordem social que perpetua a desigualdade. Mesmo com a adoção de políticas sociais que mitigam parcialmente as expressões mais extremas da questão social, o capitalismo continua a reproduzir relações de poder desiguais e mecanismos de exclusão. É uma sociedade marcada por profundas contradições, em que o progresso material e o desenvolvimento econômico coexistem com a precariedade, a pobreza e a alienação de grande parte da população.

Ao refletir sobre a origem da riqueza na sociedade, tanto Adam Smith quanto Karl Marx reconhecem o trabalho como elemento central. No entanto, suas interpretações sobre esse processo divergem significativamente — especialmente quando analisadas sob a ótica da Psicologia inserida em um contexto capitalista.

Para Smith (1979), a riqueza social seria resultado da divisão do trabalho, vista como um mecanismo natural e eficiente de organização econômica. Nesse modelo, cada indivíduo contribuiria com suas habilidades, e a troca dos frutos desse trabalho garantiria o funcionamento harmônico da sociedade. O acesso à riqueza dependeria da capacidade individual, do mérito, da educação e dos hábitos cultivados, de modo que até os mais pobres poderiam ascender economicamente em uma sociedade bem administrada.

Do ponto de vista psicológico, essa leitura tende a desconsiderar os condicionamentos sociais e históricos que moldam a subjetividade e as oportunidades de cada sujeito. Smith ignora, por exemplo, como as relações de classe e os efeitos psíquicos da exclusão social influenciam a constituição do sujeito e sua posição no mundo. Ao atribuir o sucesso à competência individual, sua perspectiva contribui para a construção de um discurso meritocrático que culpabiliza o sujeito por sua condição, desconsiderando os mecanismos estruturais de desigualdade.

Marx (2013), por outro lado, rompe com essa lógica ao demonstrar que a riqueza não é distribuída de forma equitativa, mas apropriada por aqueles que detêm os meios de produção. Para ele, a divisão do trabalho sob o capitalismo não promove a equidade, mas reforça a exploração. A riqueza do capitalista aumenta à medida que o trabalhador produz mais valor do que recebe em troca — um processo que Marx denomina de extração de mais-valia. Essa dinâmica produz efeitos profundos na subjetividade dos indivíduos: os trabalhadores se alienam do próprio fazer, experimentam a perda do sentido do trabalho e enfrentam sofrimento psíquico ao serem tratados como engrenagens de uma lógica produtivista.

A partir do final do século XIX, com a intensificação do modo de produção capitalista, essas contradições se aprofundaram. Como apontam Netto e Braz (2006), a concentração de capital nas mãos de poucos reforçou a competitividade e acentuou a desigualdade social, provocando transformações não apenas na economia, mas também nas formas de viver, sentir e se relacionar. Tais mudanças afetam diretamente o campo da Psicologia, que passa a atuar em uma sociedade marcada por adoecimentos emocionais decorrentes da precarização das relações de trabalho, do desempenho excessivo e da naturalização da desigualdade. Assim, a compreensão crítica do vínculo entre trabalho, produção de riqueza e sofrimento psíquico torna-se essencial para uma prática psicológica ética e comprometida com a transformação social.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.10, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3999

No sistema capitalista, diferentemente de modos de produção anteriores, os trabalhadores são formalmente "livres", mas compelidos a vender sua força de trabalho para sobreviver, pois não possuem os meios de produção, que estão sob propriedade privada da burguesia (PCdoB, 2013, p. 27). Diante disso, é pertinente retomar o I Princípio Fundamental do Código de Ética:

> "O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos" (CFP, 2005, p. 7).

Se o trabalhador não possui alternativa senão vender sua força de trabalho para sobreviver, surge o questionamento: trata-se de uma verdadeira liberdade? A desigualdade estrutural entre burguesia e proletariado contradiz, também, o ideal de igualdade propagado pelo código. Como questionar a existência de igualdade se à maioria é negado o acesso aos mesmos recursos e oportunidades?

De acordo com Mirhan (2020, p. 243), essa realidade se traduz em classes sociais historicamente desiguais, nas quais uma classe detém os meios de produção e a outra é privada deles. Nesse contexto, também é pertinente observar o II Princípio Fundamental:

> "O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (CFP, 2005, p. 7).

Torna-se, portanto, incompatível com a ética da Psicologia sustentar práticas que naturalizam a exploração e o adoecimento dos sujeitos, tal como se verifica na lógica da mais-valia, segundo a qual a classe dominante se apropria do valor produzido pelo trabalho da classe dominada (PCdoB, 2013).

Parker (2018) destaca que, ao invés de considerar as causas sociais e históricas do sofrimento psíquico, a Psicologia tende a psicologizar e individualizar os problemas. Essa narrativa desvia a discussão da necessidade de transformações estruturais, bloqueando a possibilidade de construção de novas formas de viver. O autor ainda observa como a Psicologia positiva, ao reduzir a felicidade a um ideal normativo, transforma o bem-estar em mercadoria. Nesse sentido, a Psicologia passa a cumprir um papel de manutenção da ordem, ajudando a manter o trabalhador produtivo e adaptado ao sistema, ao invés de promover dignidade e saúde integral.

Ao considerar o VII Princípio Fundamental, observa-se:

> "O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código" (CFP, 2005, p. 7).

Essa diretriz exige que o psicólogo não apenas reconheça os jogos de poder nos espaços de atuação, mas que também se posicione criticamente frente a eles. No entanto, se a atuação psicológica reforça relações hierárquicas e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3999

desigualdades, é necessário questionar ativamente como se alinhar aos preceitos éticos da profissão.

Por fim, o III Princípio Fundamental afirma que "O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural" (CFP, 2005, p. 7).

A ética profissional demanda, assim, um posicionamento comprometido com a transformação da realidade social. Isso implica questionar o papel do psicólogo frente a um sistema que promove desigualdades, exploração e adoecimento. Sendo o sistema capitalista incompatível com os fundamentos da ética da Psicologia, cabe refletir: deveria o psicólogo adotar uma postura crítica em relação a esse sistema e buscar sua superação?

3. Considerações Finais

A análise realizada ao longo deste trabalho evidencia contradições marcantes entre os princípios éticos que fundamentam a atuação do psicólogo e os valores estruturais do sistema capitalista. Enquanto este último opera com base na lógica da maximização do lucro, da exploração da força de trabalho e da intensificação das desigualdades sociais, a ética profissional da Psicologia pauta-se no respeito à dignidade humana, na promoção da liberdade, igualdade, saúde e bem-estar dos indivíduos e coletividades.

Ao reconhecer tais divergências, surgem questões que merecem aprofundamento em futuras pesquisas: qual o lugar do psicólogo nesse sistema? Ele também é explorado dentro dessa lógica produtivista? Quais são os impactos psicossociais da ideologia capitalista e neoliberal sobre os sujeitos — tanto os que atuam quanto os que adoecem dentro dessa estrutura?

A presente reflexão se mostra particularmente relevante para a prática profissional, pois o psicólogo, ao exercer sua função em empresas, instituições e organizações moldadas por essa racionalidade econômica, depara-se com dilemas éticos que exigem posicionamento crítico. Além disso, é comum que atenda indivíduos impactados pelas pressões e adoecimentos gerados por esse mesmo sistema.

Diante disso, uma pergunta permanece em aberto e merece ser retomada constantemente no exercício profissional: qual é — e qual deve ser — o papel do psicólogo frente a um sistema que produz sofrimento e adoece subjetividades?

Referências

BRANCO, Maria Teresa Castelo. Que profissional queremos formar? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 18, p. 28-35, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, ago. 2005.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v10i1.3999

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. O Capital. Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013

MIRHAN, Lejeune. **Marx para principiantes**. [S. l.]: Edição do Kindle, [s. d.].

NALLI, Marcos Alexandre Gomes; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Da violência psicopolítica na contemporaneidade: uma análise das dimensões afetivas. **Psicologia em Estudo**, v. 24, p. e43021, 2019.

PARKER, Ian. **Revolução na psicologia:** *da alienação à emancipação*. Tradução do inglês. Campinas, SP: Alínea, [s. d.]. Edição do Kindle.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Curso de iniciação ao marxismo**. São Paulo: PCdoB, 2013.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** Investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Livro I.